



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

Ao décimo segundo dia do mês de maio do ano de 2020, às 13h30min, em ambiente virtual, via plataforma Zoom, deu-se início à **Reunião Extraordinária** do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná – CONSEPIR. Fizeram-se presentes, conforme convocação, os **Titulares Governamentais**: Gustavo José Picanço Bayer (SESP), Ourival Santos Netto (SECC), Galindo Pedro Ramos (SEED), Levi Gomes de Lima Junior (SEMA), Ademar Florentino (SEAB). **Suplentes Governamentais**: Nathália Furtado Munhoz (SEJUF), Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Claudeir Volnei Nowotny (CCivil). **Titulares Sociedade Civil**: Melissa Reinehr (Centro Cultural Humaita), Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato), Angela (RMNPR), Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), Sirlene de França Souza (CRP), Celson José dos Santos (ANPIR), Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil), Aloísio Justino do Nascimento (Instituto Internacional de Prevenção às Drogas). **Suplente Sociedade Civil**: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) **1. Abertura**: Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) faz a abertura da reunião passando a palavra para a Secretária Geral. **2. Aprovação da pauta**: A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) realiza a leitura da pauta e sugere como ponto de inclusão a Tabela dos editais discutidos nas comissões, como ponto 10, conforme reunião anterior. O Presidente sugere a inversão de pauta para que os pontos 6 e 7 sejam os primeiros. Melissa Reinehr (Centro Cultural Humaita), solicita a inclusão de pauta do ponto referente a resposta ao ofício do Humaita. O Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) pede para ser incluído debate sobre a deliberação das cestas básicas. Aberto para votação, aprovado pelo pleno. **3. Informes**: Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) informa que Secretaria da Fazenda do Paraná respondeu ofício do Presidente da Comissão de Finanças, Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicatos), que questionou se o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) retorna ao FUNDEPIR, com resposta de que o valor retorna ao Fundo da Pobreza; traz também a resposta do Ministério Público do ofício sobre os povos tradicionais, sendo passada a resposta pelo grupo criado no aplicativo whatsapp. O Presidente informa que fará solicitação à SEJUF para que tenha acesso ao e-mail do conselho, para que assim possa ter acesso e conhecimento de todos os e-mails que chegam direcionados ao Conselho; informa que O Plano de Igualdade Racial a Casa Civil remeteu à PGE, de maneira errônea, com manifestação do Dr. Rafael solicitando algumas informações, uma vez que já passou para a PGE e disse que a presidência deve responder este assunto diretamente à PGE; passa novamente a palavra à Secretária Geral para verificação de quórum, aprovado, pauta aprovada. **Inversão de pauta - 6. Manifestação do Conselho sobre o Decreto Estadual que regulamenta as cotas raciais do PSS**: o Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) explica a PGE está solicitando que o conselho se manifeste e aprove, se for o caso, a aplicação da lei que destina as cotas de 10% para contratação de negros e negras em concursos públicos de PSS; abrindo para debate. Conselheira Angela Elizabeth Saraneski (RMNPR) relata a importância da obrigatoriedade de uma banca para revisão da seleção para afrodescendentes, propondo que no art. 2º, § 5º seja alterado facultativo para obrigatório; aprovado por unanimidade. O Conselheiro Carlos Alberto Rodrigues de Souza (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) propõe que o Conselho se manifeste para que o percentual de 10% seja para todo o edital, especificar como serão divididas as reservas de vaga, abordando o problema de utilização da porcentagem para afrodescendentes nos editais para concurso público. Os Conselheiros Carlos Alberto Rodrigues de Souza (Instituto Sorriso Negro dos Campos

11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR

Gerais) e Celso José dos Santos (ANPIR) sugerem a alteração do art. 4º do Decreto nº 4.512, para inclusão de alínea “n” e informam que irão enviar a redação do texto ao final da reunião. O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) encaminha para votação, sendo aprovado pelo pleno. **7. Aprovação de relatório de atividades do FUNDEPIR:** todos os Conselheiros realizaram a leitura do relatório. O Conselheiro Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato), como presidente da Comissão de Finanças, faz a apresentação do relatório, explicando como foi feita a elaboração e montagem do relatório; demonstra os valores gastos e deliberados por este Conselho. Foi aberto ao debate, Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) sugeriu que fosse feita uma tabela com os valores gastos para prestação de contas e para que fosse de melhor visualizado pelo Conselho. A Conselheira Ângela (RMNPR) alega a necessidade de inclusão na tabela sugerida pelo Celso os gastos da campanha publicitária. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) pede informações sobre quem fez o pedido do relatório e quem deveria assiná-lo. Conselheira Arilda Fortunata Arboleya (SEJUF) responde todas as questões e que de acordo com o disposto no Regimento Interno, o Conselho e a Política de Igualdade Racial são responsáveis pela gerência do fundo e, por essa razão, o relatório deve ser endossado pelo conselho; a origem da demanda veio do departamento financeiro da SEJUF que pediu o relatório para análise interna, pois é uma obrigatoriedade de que um fundo de tenha verbas seja gerado um relatório anual contendo os seus gastos, notas e empenho a Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) sugere a mudança da redação inicial do relatório, primeiro parágrafo, informando o relatório foi realizado com base nas deliberações do CONSEPIR; Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) pediu a inclusão a data que efetivamente foi recebido o recurso e uma tabela com todos os valores de forma detalhada. Encaminhado para votação, aprovado o relatório com todas as mudanças propostas. **3. Termo de cooperação com NEABs para ser discutido com a avaliação do edital da organização da Sociedade Civil:** A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) informou que o termo de cooperação foi remetido à comissão de formação para que se fizesse uma reunião com as universidades. Conselheira Arilda (SEJUF) informa que conforme deliberação do conselho do dia 05/03, são duas dinâmicas diferentes, a tabela se refere aos 40% deliberados para edital com as OSCs e o termo de colaboração está nos 20% que foram destinados na reunião para isso. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) trata sobre os 20% destinados para os NEABs e relembra que devem ser criados critérios para o termo de cooperação. Conselheiro Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato) informou que não foi possível a reunião com os NEABs. A Conselheira Arilda informa que para empenhar as verbas do FUNDEPIR temos prazos legais; O presidente SAul (Instituto Brasil África) informa que para repasse para municípios o prazo é até o final deste mês de maio, caso não haja alteração na legislação com o adiamento das eleições. A Secretária Geral Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR) sugeriu que fosse feito um estudo entre a própria Comissão de Formação ou juntamente com os NEABs, para criar critérios para fazer o edital de apoio aos NEABs, de acordo com a proposta de 20%. O Presidente Saul Dorval da Silva sugeriu que a elaboração de critérios fosse feita juntamente com a Comissão de Finanças, tendo o pleno discordado com essa situação, justificando que para elaboração dos critérios, não há envolvimento de valores. A Conselheira Melissa Reinehr (Centro Cultural Humaita), sugeriu que um dos critérios a ser estabelecido seja que os NEABs façam pesquisas de apoio para conhecimento da realidade local, paranaense, em razão do problema agudo

21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR

no Estado do Paraná, da invisibilidade. estabeleça. Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicatos) informa que será marcada uma reunião virtual e disponibilizar a todos os conselheiros e conselheiras o link para participação. O Presidente Saul informa a possibilidade de conversar com o Conselheiro Nicolas Floriani (SETI) para verificar a possibilidade de ser feito um Termo de Cooperação para repasse de valores à SETI para que execute com os NEABs das Universidades Estaduais. Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato) sugere que a reunião da Comissão de Formação seja realizada ainda esta semana para elencar os critérios e, após, marcar uma reunião com os NEABs. Aprovado pelo pleno. **10. Tabela do edital de chamamento público das OSCs:** O Conselheiro Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato) como presidente da Comissão de Finanças faz a apresentação da tabela, esclarecendo que a tabela foi dividida em cinco áreas de atuação e qual valor se tem por áreas; a primeira mapeamento de entidades ou dos territórios do movimento negro e do povo cigano, valor máximo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), contemplando duas propostas; a segunda área de atuação é de atividades e projetos culturais para a promoção da igualdade racial com ênfase no Julho das Pretas, no mês estadual dos povos ciganos e Mês da Consciência Negra, com valor máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), contemplando 6 projetos; a terceira área é de atividades e projetos de formação com foco em promoção da igualdade racial e combate ao racismo, valor máximo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) contemplando 4 propostas; quarta área é de atividades e projetos de enfrentamento ao racismo institucional, com valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), contemplando dois projetos; quinta área, atividades e projetos de aperfeiçoamento profissional, empreendedorismo e inclusão produtiva da população negra e cigana, valor máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), contemplando 4 projetos. Aberto para debate, a Conselheira Angela (RMNPR) alerta sobre a importância de se ter técnicos negros e negras na Comissão de Seleção buscando o combate ao racismo institucional e sobre a possibilidade de as entidades concorrerem em mais de uma dessas características apontadas na tabela. Conselheiro Celso José dos Santos (ANPIR) aponta importância do coletivo para a elaboração do edital; indica que caso as entidades possam concorrer em mais de uma área do edital para que assim tenha mais chances, no entanto teria que classificar uma ordem de prioridade em relação aos pontos. Conselheira Arilda Fortunata Arboleya (SEJUF) ressalta que as pessoas que irão compor a Comissão de Seleção não poderão ter qualquer relação com entidades que disputam o edital e explica a impossibilidade de inscrição de uma mesma entidade em mais de uma área de atuação. Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) abre para votação a indicação de uma pessoas negras e brancas para a comissão e que todos as entidades podem possam se candidatar para todos os pontos mas somente uma vez, tendo que ligar as normas legais para que ocorra a inscrição, sendo aprovado pelo pleno e com uma abstenção. **7. Agendamento da reunião extraordinária:** foi sugerido pelo Presidente do Conselho a realização de uma nova reunião extraordinária para o vigésimo primeiro dia do mês de maio para dar continuidade às discussões, sendo aprovado pelo pleno **8. Encerramento:** O Presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África) encerrou a reunião.